

HISTÓRIA E POLÍTICA: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL EM CAMPO GRANDE

Lucélia Gonçalves Cavalcante (Acadêmica do Curso de História),
Regina Tereza Cestari de Oliveira (Orientadora).
E-mail: auxlucelia@yahoo.com.br, reginacestari@hotmail.com

Esta pesquisa está vinculada ao Projeto Integrado “As Reformas Educacionais Brasileiras e a Organização da Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso” e tem como objetivo investigar o processo histórico de implantação da Escola Normal em Campo Grande, sul do estado de Mato Grosso, no período de 1930 a 1940. A análise fundamenta-se, essencialmente, em fontes documentais: livro de matrícula, livro de atas e de exames trimestral e final; livro de portaria e registro de nomeações da Escola Normal, pertencentes ao Arquivo da Escola Estadual “Joaquim Murtinho”; mensagens dos governadores do Estado de Mato Grosso, enviadas à Assembléia Legislativa; relatórios de inspetores; jornais da época, entre outros. Os resultados da pesquisa mostram: que a escola normal funcionou, inicialmente, em condições materiais precárias (prédio e mobiliário); a predominância do sexo feminino no corpo discente; a evasão escolar significativa. Mostram, ainda, a necessidade de contratação de professores oriundos de Cuiabá e de São Paulo, tendo um grupo de docentes, às vezes, sem formação específica para o exercício do magistério. Além disso, evidenciam as normas disciplinares rigorosas, tanto para os alunos como para os professores; assim como a interferência política na contratação e permanência de professores e diretores no cargo, provocando-lhes uma certa insegurança. Com relação à organização curricular, a escola seguiu os modelos das escolas da capital federal e de São Paulo. Em síntese, a implantação da Escola Normal em Campo Grande, no sul do estado de Mato Grosso, foi marcada por interrupções, atendendo necessidades econômicas, sociais e culturais do período em foco.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: Instituições escolares; Escola Normal; História da educação de Mato Grosso do Sul.

HISTÓRIA E POLÍTICA: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL EM CAMPO GRANDE

Lucélia Gonçalves Cavalcante (Acadêmica do Curso de História)[?]
Regina Tereza Cestari de Oliveira (Orientadora)^{??}

I - INTRODUÇÃO

[?] E-mail: auxlucelia@yahoo.com.br

^{??} E-mail: reginacestari@hotmail.com

O plano de trabalho - História e política: O processo de implantação da Escola Normal em Campo Grande está inserido no projeto integrado denominado “As Reformas Educacionais Brasileiras e a Organização da Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso – 1930-1950”. O estudo histórico da política educacional regional é importante para a compreensão dos ambientes educacionais locais e para a aprofundamento das políticas atuais da educação brasileira, especialmente de formação de professores.

A pesquisa abrange a década de 1930 a 1940, pois foi neste período que se implantou a Escola Normal no sul do estado, de modo específico em Campo Grande, representando a primeira fase de existência dessas escolas nessa região (ARAÚJO, 1997, p.5).

II – A CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

A criação de uma Escola Normal no estado de Mato Grosso era esperada e reclamada por muitos governantes, ocorrendo várias tentativas de implantação no decorrer do século XIX. A primeira Escola Normal do estado foi criada pelo Presidente Cônego José da Silva Guimarães (28/10/1840 a 9/12/1842) em 1840, mas após dois anos extinguiu-se, como afirma Marcilio (1963, p. 43):

Coube entretanto ao Presidente Cônego José da Silva Guimarães, que substituiu, a 28 de outubro de 1840, a Antonio Corrêa da Costa na sua rápida passagem pelo governo, instalar essa primeira escola normal na Província, instituição efêmera, lamentável, pois extingue-se, mal se inicia a administração do tenente Coronel Ricardo José Gomes Jardim, em 9 de novembro de 1844.

Segundo Marcilio (1963) nos fins do século XIX, após trinta anos, o Barão de Diamantino sancionou a Lei nº 13, de 9 de julho de 1874, criando um curso normal na cidade de Cuiabá. Porém, com a criação do Liceu de Línguas e Ciências, em 3 de dezembro de 1879, esse curso desapareceu, pois a finalidade do novo estabelecimento era também habilitar professores para o magistério primário, permanecendo por quase uma década até a criação do Externato do Sexo Feminino para formação de mestras em 1889, sendo extinto o ensino normal.

O ensino normal foi reorganizado no estado de Mato Grosso somente no governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908-1911) na reforma aprovada pela Lei nº 533 do Decreto 266, de 3 de dezembro de 1910, destaca-se a criação da Escola Normal de Cuiabá,

sendo instalada, segundo Silva (2004), no dia primeiro de fevereiro de 1911. A partir daí a Escola Normal recebeu atenção e a orientação pedagógica, sob a influência das idéias paulistas trazidas por professores contratados pelo estado.

[...]convencido também que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores, mandei contractar dois normalistas em São Paulo, com o fim de crear aqui uma Escola Normal de que havemos mister para a realização desse importante objetivo: esperando que me habilitareis para leva-lo a effeito nas condições desejáveis. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1910, p.7).

De acordo com Marcílio (1963) em 13 de maio de 1914, o Presidente Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915) por meio do Decreto nº 353 instituiu um novo regulamento para a Escola Normal, alterando o curso para quatro anos, vigorado o segundo mandato de Pedro Celestino (1922-1926), que, por sua vez, contrata especialistas e introduz uma outra reforma no ensino normal no Decreto n.º 643, de 9 de agosto de 1923, tendo alterações na orientação pedagógica e criando o Curso Complementar, como etapa intermediária à admissão à Escola Normal.

No entanto, no governo de Mario Corrêa da Costa (1926-1930) foi instituída uma comissão de professores com o objetivo de elaborar um projeto de reforma para a Escola Normal e Instrução primária, sendo expedido por Decreto n.º 759 de 22 de abril de 1927 e aplicado no ano de 1928. O presidente do Estado, Mario Corrêa da Costa (1926-1930), comenta sobre a necessidade de um melhor preparo intelectual do professor.

De conformidade com o regulamento respectivo, a 1º de março reabriram-se as aulas da Escola normal, destinada a formação do nosso professorado primário e cuja tarefa é das mais relevantes na diffusão do ensino popular, porque é justamente no mestre que reside o maior factor de sucesso dessa cruzada bendita, que deve merecer o melhor das nossas energias e dos nossos esforços (MATO GROSSO, Mensagem..., 1929, p.86-95).

Leite (1971, p.168) confirma essa afirmação expondo que “o professor não faz a escola, como se dizia antigamente, porque também êle é feito por uma escola e, enquanto não se der suficiente preparo ao magistério, as reformas serão inúteis, os programas desnecessários, e os métodos não passarão de luxos ornamentais”. Ou seja, considera necessário o professor, mas não suficiente para a melhoria da educação, que precisa, ainda, de recursos materiais, recursos físicos e recursos humanos. Assim, segundo o autor, investir

no preparo da especialização profissional é apenas um passo para o ensino mato-grossense renovar.

Nesse contexto, no dia 21 de abril de 1930, no governo de Aníbal de Toledo (22/01/1930 a 30/10/1930), foi implantado a Escola Normal de Campo Grande, pelo Decreto n° 865, de 13 de junho, porém naquele ano funcionou apenas o Curso Complementar. O professor Múcio Teixeira Júnior foi o primeiro diretor dessa escola, destinada à formação de professores que iniciou no ano de 1931 no prédio em que funcionava o Grupo escolar “Joaquim Murtinho”.

A Escola Normal de Cuiabá e a de Campo Grande formaram diversos professores, porém, aos poucos, o ensino entrou em decadência e, em 1937, o governador Julio Strubling Muller (1937-1945) desativou essas escolas. Somente em 31 de janeiro de 1947, pelo Decreto-lei n.º 834, foram reativadas as duas escolas normais, a “Pedro Celestino”, na capital e a “Joaquim Murtinho” na cidade de Campo Grande (sul de Mato Grosso).

O primeiro Curso Normal da Escola Joaquim Murtinho tem importância para a história da educação do sul do estado de Mato Grosso em especial de Campo Grande. Muitos educadores por ela formados espalharam-se por todo o estado, especialmente no sul do estado, para lecionar e, às vezes, ocupar cargos administrativos da educação.

III – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ESCOLA NORMAL DE CAMPO GRANDE¹

1. Instalação física e recursos materiais

A Escola Normal começou a funcionar em Campo Grande em condições precárias, como relata Franklin Cassiano da Silva (Diretor Geral da Instrução Pública):

Em péssimo estado de conservação se encontra o edifício da Escola Normal onde funcionam também a escola modelo e o curso anexo.
A impressão que se tem ao penetrar-se nelle é desoladora. Urge uma limpeza geral, assim como a reparação das vidraças das janelas que se acham todas quebradas.
Edifício acanhado, sem lotação suficiente para nelle funcionar um grupo escolar, pois somente seis salas de aula, sentem-se, a direção do estabelecimento em sérios embaraços para nele fazer funcionar as duas outras escolas anexas.
No próximo anno, com a promoção dos alumnos do 1º anno para o 2º anno normal, não terá a Directoria, uma sala para colloar esses alumnos.

¹ Campo Grande é município brasileiro da região Centro-Oeste, localizado geograficamente na região central de Mato Grosso do Sul. Em 11 de outubro de 1977 ocorreu a divisão do Estado de Mato Grosso, sendo Campo Grande uma das cidades mais importante do estado (MT), elegeram-na como capital do novo Estado de Mato Grosso do Sul.

Funcionando já em dois turnos, para satisfazer constantes pedidos de matrícula no grupo [...] construam com urgência mais duas salas.
A lotação actual do edifício é para 240 alunos e só na Escola Modelo a matrícula é de 541, com frequência de 434 se juntarmos ainda 24, da Escola Normal e 17 do Curso Complementar [...] um total de 582 alunos, frequentando um edificio com lotação para 240 ou 480, com funcionamento em dois turnos. (MATO GROSSO, Relatório..., 1931).

Registra-se, também, a falta de mobiliário como: carteiras, mesas e cadeiras para professores e as que existiam estavam em mau estado de conservação. Além de tudo isso, ocorria atraso na liberação de recursos para compra de material didático necessário ao cotidiano escolar, de acordo, mais uma vez, com relatório de Franklin Cassiano da Silva (Diretor Geral da Instrução Pública).

O Interventor Federal Manoel Ary da Silva Pires (1937)² comenta sobre o ensino Normal no estado e a necessidade de uma nova organização:

Assim, tenho dedicado e dedicarei o melhor da minha energia e do meu carinho à causa do ensino em Matto-Grosso.

[...]

Refiro-me ao ensino secundário normal que, em consequência da nova mentalidade e das novas exigências culturais, está a exigir uma nova reorganização e adaptação ao progresso intelectual do país e do Estado, como o estabelece a pedagogia administrativa e a sociologia educacional, nos moldes dos institutos congêneres da capital Federal e de São Paulo e mesmo de outras unidades progressistas da Federação. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1937, p. 14-5).

Por força do Decreto nº 229, de 27 de dezembro de 1938, a formação de professores primários que cabia às Escolas Normais passou a ser feita no curso especializado para professores, anexo ao Liceu Campograndense (MATO GROSSO, Mensagem..., 1948).

Em Relatório de 1939-1940, o governador Júlio Strúbings Muller (13/09/1937 a 30/10/1945) comenta sobre sua reforma do curso Normal.

No sentido de aparelhar e ampliar o curso para professores primários no Estado, visando, assim, a dar aos futuros preceptores da Infância um preparo mais sólido e mais vasto, compatível com as exigências culturais da época, foi criado, pelo Decreto nº 112, de 24 de dezembro de 1937, o Curso Complementar especializado ao Liceu Cuiabano, de cujo curso vem a beneficiar-se o ensino normal do Estado. (MATO GROSSO, Relatório, 1939-1940, p.8-14).

No ano de 1940, a Escola Normal foi fechada devido à reforma educacional do governo Julio Muller (13/09/1937 a 30/10/1945). Segundo Marcilio (1963, p.198) quase dez anos depois, no governo de José Marcelo Moreira (19/8/1946 a 8/4/1947), o ensino

² Os governadores passaram a ser chamados de Interventores Federais durante o Estado Novo (1937-1945).

Normal é restabelecido oficialmente no Estado, pelo Decreto-lei nº 834, de 31 de janeiro de 1947, voltando a funcionar as duas escolas normais, a “Pedro Celestino”, na capital e a “Joaquim Murtinho” na cidade de Campo Grande (sul de Mato Grosso).

Em 31 de janeiro de 1947 o Decreto – lei n.º 834, restabeleceu o ensino normal, criando as escolas “Pedro Celestino”, e “Joaquim Murtinho”, nos moldes do Decreto-lei n.º 8.530 de 2 de janeiro de 1946 (Decreto Federal - Lei Orgânica do Ensino Normal). Esses cursos, no entanto, devido a situação financeira do Estado, não foram instalados no ano de 1947. Aquele Departamento tem em mira promover a instalação das duas Escolas Normais em 1948, as quais funcionarão em concordância com o artigo 9, da Lei Orgânica, acima citada, isto é, em curso intensivo de dois anos, do 2º ciclo. Esta resolução é determinada pela premência que o Estado possui, de preparar para o início de uma nova fase no sistema do ensino primário. Em Campo Grande funcionou a Escola Normal anexa ao Ginásio Maria Auxiliadora, sob orientação das Revmas. Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, e cuja outorga foi concedida pelo Governo do Estado, sob fiscalização oficial. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1948, p.56)

Assim o Presidente do Estado Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-1950) reabriu em 1948 (Decreto nº 410) a Escola Normal “Joaquim Murtinho” no município de Campo Grande, que havia permanecido fechada durante sete anos. Segundo Múcio Teixeira Júnior, naquele período as solenidades sobre o ensino tinham grande repercussão social, contavam com a presença de ilustres membros (políticos, presidente de assembleias, representantes do governo e também representantes militares) da cidade e do Estado.

A festa de instalação da Escola Normal aconteceu de 4 de abril de 1948 e foi uma das mais importantes do ano.[...] A Escola Normal funcionou inicialmente anexa ao ginásio Campo-grandense, sob a orientação do diretor daquele estabelecimento, utilizando-se dos gabinetes de Física, Química e das demais instalações do prédio do Ginásio. (ROSA, p. 49-50).

Em mensagem a Assembléia Legislativa o referido presidente comenta sobre o trabalho do primeiro ano da reabertura da Escola Normal:

A fim de preencher uma grade lacuna, de que o Estado já ressentia, foi pelo meu governo providenciado o funcionamento das escolas Normais. (...) Os seus trabalhos tiveram início ao começo do ano letivo de 1948, tendo as mesmas funcionado com perfeita regularidade durante todo o ano letivo, num ambiente de entusiasmo, de ativo labor e de confiança nos resultados de suas atividades (MATO GROSSO, Mensagem...,1949).

(...) os primeiros frutos foram obtidos em 1949 com a diplomação das suas primeiras alunas (MATO GROSSO, Mensagem...,1950).

2. Corpo discente

A mensagem acima do presidente do Estado referindo-se à diplomação das alunas indica a predominância do sexo feminino no corpo discente e pode ser constatada no quadro abaixo:

Quadro1: Matrículas de Alunos - 1931-1935

Alunos Matriculados na Escola Normal de Campo Grande 1931 - 1935				
Ano	Série	Alunos	Alunas	Total
1931	1º ano	0	21	21
1932	1º ano	0	12	12
1932	2º ano	0	14	14
1933	1ºano	0	5	5
1933	2º ano	0	11	11
1933	3º ano	0	8	8
1934	1º ano	2	15	17
1934	2º ano	0	4	4
1934	3º ano	0	11	11
1934	4º ano	0	11	11
1935	1º ano	0	18	18
1935	2º ano	2	11	13

Fonte: Livros de Matrículas de alunos de 04/03/1931 à 28/02/1935

Quadro 2: Formandos da década de 1930

Colaço de grau da década de 1930		
Turma	Ano	Alunos formados
1º turma a formar	1934	11
Ultima turma a se formar	1939	7

Fontes: Livro de matrículas de alunos de 04/03/1931 à 28/02/1935 e Livro de exames trimestrais e finais da Escola Normal e Curso anexo de 1935 a 1940

Os dados levantados mostraram que a desistência de alunas era grande, pois a primeira turma a formar, quando entrou no primeiro ano do curso Normal era composta de vinte e um alunos, no segundo ano entraram duas alunas e saíram nove, ficando com quatorze alunas, já no terceiro ano desistiram seis alunas e permaneceram oito restantes, porém no final do quarto ano, a turma tinha onze alunas. Em suma, da turma que iniciou com vinte e uma alunas, apenas seis terminaram o curso, sendo que as outras cinco alunas entraram no decorrer do curso Normal Médio. Percebe-se, também, a diferença de idade delas, sendo que a faixa etária varia de doze a dezessete anos no primeiro ano (1931), porém as mais velhas desistiram logo, e concluíram o curso (1934), as alunas na faixa etária entre treze e quinze anos.

De acordo com os depoimentos que obtive, Araujo (1997) afirma que vários podem ser os motivos da evasão ocorrida nesse período, por exemplo: a faixa etária, as condições econômicas, pois muitas moças apresentavam dificuldades financeiras, o local de origem de muitas, principalmente do interior do estado e poucas de outros estados, ou mesmo por causa do casamento, muitas normalistas desistiam de concluir o curso.

3. Direção

Na década de 1930, foram indicados sete diretores para a Escola Normal Joaquim Murinho: João Tessitore Junior (7/04/1930 a 1/12/1930)³, Múcio Teixeira Júnior (05/01/1931 a 1932), Elvira Pacheco (1932 a 10/03/1933), Lucina Prado de Albuquerque (11/03/1933 a 06/11/1933), Lourival de Oliveira Azambuja (07/11/1933 a 23/09/1934), Múcio Teixeira Júnior (20/12/1934 a 15/03/1937), Carlos Martins da Costa (16/04/1937 a 1937) e Maria Constança de Barros Machado (1938 a 1948). (ROSA, 1990; Livro de Nomeação e Portarias da Escola Normal e Curso Complementar 1934-1938). Conforme o Livro de registro de nomeação e portarias da Escola Normal e Curso Complementar os diretores eram nomeados por meio de decreto.

Ressalta-se que dois diretores, nessa década, destacaram-se por mais tempo na direção, ou seja, Mucio Teixeira Junior e Maria Constança de Barros Machado. Segundo depoimentos, eram rigorosos com o cumprimento das regras estabelecidas e a disciplina

³ João Tessitore Junior, apesar de indicado, não atuou na Escola Normal pois esta iniciou seu funcionamento no ano de 1931.

deveria ser obedecida como afirma Ayd Camargo (formada na Escola Normal Joaquim Murtinho em 1934 e professora do Grupo Escolar Joaquim Murtinho de 1938 a 1953):

Seu Múcio era muito zeloso com a disciplina. Certa vez, descobriu que as meninas iam encontrar-se com os namorados no jardim, foi até lá surpreendê-las, depois de uma denúncia. Quando elas o viram, saíram correndo, e ele atrás, a coisa mais engraçada do mundo. (ROSA, p.40)

Nesse período, a Educação de Mato Grosso do Sul era influenciada pelos políticos, ou seja, eles controlavam as eleições, nomeações e demissões dos funcionários, pois deviam pertencer a seus respectivos partidos. Assim muitos diretores e professores durante um governo poderiam ser mandados embora. Isso se evidencia no depoimento da diretora da Escola Normal, Maria Constança de Barros Machado.

Dr. Fernando resolveu promover um concurso, para preencher as cadeiras existentes no Colégio Estadual e na Escola Normal Joaquim Murtinho. Os editais foram publicados a 25 de outubro de 1955, após a derrota da UND, três meses antes da realização do concurso. Os professores aprovados e nomeados teriam o título de catedráticos, isto é não poderiam ser demitidos e muito menos transferidos. Eram irremovíveis, como se dizia.

[...]

O novo governador, José Ponce de Arruda tomou posse no dia 1º de fevereiro de 1956 e uma de suas primeiras providências foi a anulação do concurso. Começaram as represálias contra os professores, que pertenciam ao partido. Fui demitida e em meu lugar assumiu o Ernesto Garcia de Araújo, que havia sido meu aluno no curso primário e na Escola Normal. (ROSA, p.69-70).

4. Corpo docente

Quando a Escola Normal foi inaugurada na década de 1930, não havia professores campo-grandenses, então vieram professores de Cuiabá e de São Paulo. O professor Múcio Teixeira Júnior diretor da Escola Normal afirma que:

O corpo docente era de primeira. João Tessitori lecionava Ciências, Jorge Nachreiber, Matemática Tertuliano Meireles, História Natural, Souza Júnior, Português, Luis Alexandre de Oliveira, Geografia e História Geral e do Brasil, Niolau Fragelli, Francês. Eram pessoas de extrema competência e responsabilidade. (ROSA, 1990, p.48).

Segundo Ayd Camargo César que estudou e lecionou na mesma escola:

O diretor da Escola Joaquim Murtinho era o professor Múcio Teixeira. Se a Escola Normal de Cuiabá era modelo, a nossa deixava a desejar. Tanto o aprendizado quanto o material didático eram extremamente deficientes. Havia professores esforçados e outros que estavam ali só, porque tinham influência

política. Tive um professor de Didática que costumava dizer: Sou farmacêutico formado, de Didática não entendo nada. (ROSA, 1990, p.40).

Verificou-se que muitos professores não estavam habilitados para o cargo, pois não tinham um curso de licenciatura (ou magistério). No entanto, a busca por professores normalistas para assumir a função pode ser percebida no Relatório:

Tem-se procurado substituir os professores leigos por normalistas, e êsses objetivos se vai conseguindo, plenamente, exceção feita de algumas escolas rurais, cujo afastamento dos centros de população, torna difícil o seu preenchimento por normalistas, o que não obstante, se fará pouco a pouco, aproveitando-se, para tanto, cada oportunidade que se oferecer. (MATO GROSSO, Relatório..., 1939-1940, p.14).

As professoras cuiabanas eram presentes e competentes como assinala Araújo (1997, p. 128):

A aceitação e o reconhecimento da competência das 'professoras cuiabanas' é algo praticamente comum na fala das pessoas mais antigas da cidade, que cursaram os grupos escolares estaduais ou as escolas particulares primárias, nas décadas de tinta e quarenta.

A sala de aula da Escola Normal era preenchida quase que exclusivamente por mulheres, na década de 1930. Segundo Silva (2004) o tratamento era bastante tradicional fazendo com que elas não pudessem trabalhar, nem ser independentes, o magistério fazia com que experimentassem um pouco de liberdade, mesmo que vigiadas pelo marido ou pelos pais, além de possibilitar que ingressassem no mercado de trabalho.

A aparência física ou pessoal de um professor era fundamental, dentro e fora de sala de aula. Pode-se verificar pelo depoimento de Ayd Camargo César:

Nosso salário era de cento e sessenta mil réis por mês. As professoras andavam bem vestidas: iam à aula de sapato alto, vestido de seda [...] Anos depois, vi professora, dando aulas de chinelo de borracha, com o declínio de nosso padrão orçamentário. (ROSA, 1990, p.40).

A interferência política causava instabilidade aos professores nas escolas públicas, pois muitos eram demitidos quando um determinado partido vencia as eleições, no caso de integrarem outro partido. Assim, existia a “preocupação constante com os rumos da política estadual, já que, quando mudava o partido da situação, ocorriam remoções, afastamentos e perda de cargos” (ARAUJO, 1997, p. 149). Os professores deveriam aceitar e conformar

com a situação sem reclamar, como ressalta Luis Alexandre de Oliveira que lecionou em outros estados e também em Campo Grande, “Há muitos anos atrás, a vida do professor era bem difícil. Não se podia reclamar de nada, não havia greve, quem não estivesse satisfeito que caísse fora. A gente não ganhava domingo, feriado, dia santo, e muitos colégios não pagavam férias”. (ROSA, 1990, p.35). Porém, de acordo com Múcio Teixeira Júnior havia dedicação e respeito pela própria profissão, assim como pelas pessoas de fora.

As dificuldades para o exercício da docência eram muitas, como relata Araujo (2004, p.149), com base em entrevistas realizadas com egressas da Escola Normal:

Todas as egressas apontam dificuldades vividas no decorrer da docência, a primeira delas era a própria nomeação, pois para quem pretendia lecionar na cidade só havia dois grupos escolares mantidos pelo Estado, e as vagas geralmente eram preenchidas pelas professoras cuiabanas, ou por aquelas que tinham apadrinhamento político. Outra dificuldade relatada era a pobreza das escolas, ou seja, a falta de verbas, que impedia a aquisição de livros e de materiais didáticos. Havia ainda, as dificuldades da própria cidade: a ausência de calçamento, de transporte público, de iluminação, etc. As normalistas menos afortunadas eram enviadas às cidades do interior, passando por várias cidades e por toda sorte de dificuldades.

IV - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Com a duração de quatro anos o curso do magistério estava distribuído em:

Quadro 3: Disciplinas ministradas

Disciplinas da Escola Normal – Ano:			
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Português	Português	Português	Literatura
Francês	Francês	Pedagogia	Didática e História da Educação
Aritmética e álgebra	Álgebra e Geometria	Educação Physica	Física e Química
Geografia	Matemática	Física e Química	História Natural
Desenho	Corografia	História Natural	História do Brasil
Ginástica	Psicologia	História Universal	Higiene
Trabalho	Desenho	Higiene	Música e Pedagogia a partir de 1938
	Ginástica	Desenho	

	Trabalho	Ginástica	
	Psicologia	Musica e Trabalho	

Fonte: Livro de atas dos exames trimestrais e final da Escola Normal e curso anexo. 04/03/1931 a 18/05/1933 e ARAÚJO, 1997, p. 165-166).

Com relação à organização curricular, a escola seguiu os modelos das escolas da capital federal e de São Paulo. No que se refere à prática pedagógica, pode-se dizer que o professor esforçava-se para ministrar suas aulas com o conhecimento que tinha e preencher todos os documentos exigidos. O depoimento de Ayd Camargo César que foi aluna da Escola Normal e anos depois lecionou no colégio, acentua:

[...] Precisava organizar aqueles pontos quilométricos que éramos obrigados a dar aos alunos, desenhar os mapas, explicá-los porque naquele tempo até as partes do mundo eram ensinadas no 4º ano primário. Dávamos muita teoria, os alunos eram obrigados a resolver uma quantidade enorme de problemas, mas apreendiam de fato. (ROSA, 1990, p.41).

O tradicionalismo era habitual nessa época e a memorização um recurso importante para confirmar a aprendizagem do aluno.

V - REGIME DISCIPLINAR

Um outro aspecto a considerar é o regime disciplinar de caráter rigoroso. Como se pode verificar no livro de portaria da Escola Normal: 1934 – 1945, os professores deveriam cumprir determinadas exigências, conforme expresso na portaria nº. 10, transcrita por Maria Constança Barros:

Smos. Professores

Para a bôa marcha dos trabalhos escolares abaixo transcrevo os artigos 33,34,35 e 37:

Artigo 33 – o curso será professado por meio de aulas que durarão 50 minutos cada uma.

Artigo 35 – Marcar á falta ao professor que até 10 minutos depois da hora designada para o inicio da aula, não se achar presente á mesma, ou que se retirar antes dos 50 minutos destinados para sua aula.

Art. 36 – Se, por subitâneo incomodo de saúde, ou por outro motivo de grande relevância, o professor tiver de sair por algum tempo ou suspender a aula, fará chamar o inspetor, a quemencarregará da guarda dos alunos.

Art. 37 – Anotar-se-á o fato na caderneta de classe, caso não o declare o próprio professor, toda vez que este se retirar antes do término da aula.

São esses os artigos do Regulamento Interno do Liceu, quanto á duração das aulas.

Diretoria do Liceu Campograndense em Campo Grande, 1º de julho de 1939.

Maria Constança Barros.

Assim, o professor tinha a obrigação de ser pontual e lecionar durante cinquenta minutos, além de avisar antecipadamente o motivo do seu não comparecimento às aulas. Os professores, assim como os demais funcionários deveriam adequar-se ao regimento da Escola Normal. A professora Maria Constança de Barros em entrevista a Maria da Glória Rosa, ressalta a rigidez:

Estadual e a Escola Normal funcionavam de março a dezembro, sem interrupção das aulas. Se um professor se afastava, eu arranjava logo um substituto, que aguardava a nomeação, dando aulas. Às vezes, a nomeação demorava meses, para chegar, mas mesmo assim, ninguém se afastava da cátedra. Por causa dessa demora, o pessoal do Sul reclamava muito do Norte, havia uma rivalidade incrível entre Cuiabá e Campo Grande, que foi crescendo até explodir na Divisão do Estado. (ROSA, 1990, p.67).

No que se refere ao ambiente escolar, verificou-se que a disciplina era rígida e que a maioria compreendia e agia de acordo com as normas estabelecidas. “[...] Não me lembro de ter repreendido um professor, nem ter ido para a escola triste ou deprimido.”, afirma Mucio T. Júnior (ROSA, 1990, p.50). “Graças a Deus durante todo o meu tempo na direção do Estadual, nunca houve um caso de desaparecer um aluno, de brigas, ou de uma aluna aparecer grávida”, diz Maria Constança de B. Machado (ROSA, 1990, p. 71).

Múcio Teixeira Júnior comenta, ainda sobre o respeito dos alunos perante os professores:

Os tempos antigamente eram tão diferentes, dos de hoje. Os alunos tinham respeito pelos professores, eram amigos da escola, do diretor. Quando passavam no admissão, no vestibular, atribuíam parte do sucesso aos professores a quem escreviam, comunicando os resultados. (ROSA, 1990, p.51)

No entanto, as normas disciplinares eram rigorosas, também aos alunos, como se evidencia na transcrição da 2ª portaria de 1º de março de 1934 no “Livro de portaria da Escola Normal.”.

O Sr. Bacharel Diretor da Escola Normal e Modelo anexa, desta cidade, resolve recomendar aos senhores alunos a fácil observância dos seguintes artigos do Regulamento da Instituição Pública do Estado:

- 1) – Os alunos deverão comparecer à Escola decentemente trajados, proceder sempre com urbanidade e prestar atenção aos atos escolares e obediências recomendações e conselhos do Diretor, dos professores e dos funcionários da Escola.
- 2) - É obrigatório o uso de uniformes, não podendo nenhum aluno estar no edifício da Escola, sem que esteja devidamente uniformizado.

- 3) – É defeso ao aluno trazer para o estabelecimento dinheiro ou objeto de valor, bem como usar jóia, atavias ou qualquer arrebique que o distingua os outros alunos.
- 4) – São faltas disciplinares:
- a) – reuniões e palestras nos corredores;
 - b) – lêr durante as aulas ou ocupar-se em qualquer outro trabalho estranho as mesmas;
 - c) – ter consigo, além dos livros e caderno de aula, livros impressos, gravuras ou escrito de qualquer gênero que seja imprópria sua instrução.
 - d) – utilizar, dos livros, cadernos ou quaisquer objetos dos colegas, sem consentimento destes;
 - e) – provocar, conscientemente, por palavras, gestos ou atitudes da hilaridade de seus colegas;
 - f) – levar para as aulas objetos com que se possa distrair ou que possa distrair atenção de seus colegas;
 - g) – erguer-se com ruídos propositado e excessivo á entrada ou saída de professor ou de qualquer pessoa;
 - h) – retirar-se do estabelecimento, sem permissão do Diretor;
 - i) – bocejar e espreguiçar-se ou dar outros sinais de enfado ou impaciência, estando em aula;
 - j) – danificar de qualquer modo as paredes e moveis do edificio;
 - k) – deixar de observar as determinações do Diretor, relativas ás ordens internas do estabelecimento;
 - l) – ocupar-se, durante as aulas, de qualquer trabalho estranho às mesmas;
 - m) – desacatar, moral ou fisicamente, ao Diretor, aos professores, aos inspetores e mesmo aos demais funcionarios da Escola.

Esta Diretora dá o prazo de trinta (30) dias de tolerância, a contar desta data, para os senhores alunos apresentarem-se devidamente uniformizados.

Diretoria da Escola Normal e Modelo anexa de Campo Grande, 1º de março de 1934.

Diretor

Lorival Azambuja

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da Escola Normal em Campo Grande (atual capital do Estado de Mato Grosso do Sul), Sul do Estado de Mato Grosso, que preparava professores para lecionar no ensino primário foi marcada por rupturas.

O Curso Normal da Escola Joaquim Murtinho funcionou, inicialmente, em condições materiais precárias (prédio e mobiliário), pois os recursos destinados à escola eram insuficientes para atender todas as despesas, acarretando falta de materiais pedagógicos, além de professores sem a devida formação atuarem no curso.

A estrutura organizacional foi marcada pelo rigor da disciplina para os alunos e professores que deveriam seguir as regras estabelecidas, evidenciando uma orientação de caráter moral. O corpo discente era predominância do sexo feminino, registrando-se um número significativo de evasão escolar.

Um outro ponto a ser destacado consiste na dificuldade das normalistas, após sua formação, e também dos professores que trabalhavam no curso, porque para permanecerem no emprego ou serem contratados dependiam das indicações políticas causando, insegurança no trabalho de magistério. Em síntese, a implantação da Escola Normal em Campo Grande, no sul do estado de Mato Grosso, foi marcada por interrupções, atendendo necessidades econômicas, sociais e culturais do período em foco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública: história do Ensino Primário em Mato Grosso**. Academia Mato-Grossense de Letras do Instituto Histórico de Mato Grosso, 1971.

MARCILIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá, Secretária da Educação, cultura e Saúde do Estado, 1963.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da Cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SILVA, Elizabeth Figueredo de Sá Poubel. Leowigildo Martins de Mello e a organização da Escola Normal de Cuiabá. **Revista Brasileira de História da Educação**. n.7, p.189-214, jan./jun.2004.

DOCUMENTOS

LIVRO de atas dos exames trimestral e final da Escola Normal e curso anexo; 04/03/1931 à 18/05/1933, Arquivo da Escola Estadual Joaquim Murinho.

Livro de portarias da Escola Normal e Modelo anexo; 01/03/1934 à 13/07/1945, Arquivo da Escola Estadual Joaquim Murinho.

LIVRO de registro de nomeações e portarias da Escola Normal e Curso complementar; 2/12/1934 à 24/11/1938, Arquivo da Escola Estadual Joaquim Murinho.

Livro matrícula de alunos da Escola Normal de Campo Grande; 04/03/1931 à 28/02/1935, Arquivo da Escola Estadual Joaquim Murinho.

MATO GROSSO. Mensagem do Presidente do Estado Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1910. Rolo nº 064 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/ UCDB.

MATO GROSSO. Mensagem do Presidente do Estado Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1929. Rolo n° 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/ UCDB.

MATO GROSSO. Mensagem do Presidente do Estado Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1930. Rolo n° 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/ UCDB.

MATO GROSSO. Relatório do Professor Franklin Cassiano da Silva apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretário Geral do Estado em 15 de abril de 1931. Rolo n° 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/ UCDB.

MATO GROSSO. Relatório do Professor Franklin Cassiano da Silva apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretário Geral do Estado em 29 de agosto de 1931. Rolo n° 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/ UCDB.

MATO GROSSO. Mensagem do Interventor Federal Manoel Ary da Silva Pires à Assembléia Legislativa em 13 de junho de 1937. Rolo n° 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/ UCDB.

MATO GROSSO. Relatório do Interventor Federal em Mato Grosso Bel. Julio Strúbing Muller à Assembléia Legislativa em 1939-1940. Rolo n° 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/ UCDB.

MATO GROSSO. Relatório do Governador do Estado Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo à Assembléia Legislativa em 13 de junho de 1948. Rolo n° 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/ UCDB.

MATO GROSSO. Relatório do Governador do Estado Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo à Assembléia Legislativa em 1949. Rolo n° 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/ UCDB.

MATO GROSSO. Mensagem do governador Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo à Assembléia Legislativa em 1950. Rolo n.º 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/ UCDB.